

1 **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**
2 **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

3 **ATA 07/97 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE**

4 Estiveram presentes os conselheiros: Giovana R. Monteiro, Humberto Scorza, Cecília
5 Nunes Pedroso, Maria Alice Calvete, Maria Encarnacion Ortega, Cecília Machado, Alberto
6 Gabellini, João Paulo Lacerda, Luiza Ribeiro, Nelci Dias da Silva, Manoel M. Junior,
7 Rejane Veiga Oliveira, Tatiane da Silva, Elisabeth Cassali, Joaquim César Fernandes,
8 Maria Rosani Benedetto, Regina C. Rodrigues, Heloisa Helena Gomes, Nilzio Barbosa,
9 Neuza Heizelmann, Ana Lúcia Valente Menzel, Ernani Tadeu Ramos, Cláudio H. Silva.
10 Estiveram também presentes os visitantes: Fátima T. Santos (usuária do SUS), Brida
11 Martins Ribas (US Chácara da Fumaça), Noely Santos (Assepla-SMS), Maria Regina V.
12 Brito (CVS Epidemiologia) Sandra Maria Menezes (US Cruzeiro do Sul), Maria Leticia
13 CLS 4, Vânia Ramos (CHERGS) Simone Morales (US Santa Rosa), Huguette Chinepe
14 (CLS 3), Luis Carlos Pitoni (GD 4), Regina Lendes (US Santa Rosa), Lori Maria Gregory
15 (GD 4), Julio R. Boehl (Direção do PAM), Jaci dos Santos (CLS 6) Denise Girardi (GD 3),
16 Maria Luiza Miranda (CLS 4), Hayde C. Guedes (CLS 8). **1 - LEITURA E VOTAÇÃO DA**
17 **ANTERIOR:** Lida e aprovada com 5 abstenções. **2 – VACINAÇÃO GRIPE PARA**
18 **IDOSOS:** Carlota da 1º DRS do Setor de Pneumologia informa que a decisão do vacinar
19 partiu no nível central e foi nos repassado somente na quarta feira passada dia 7/05/97
20 quando foi feita a primeira reunião, e então começou-se a fazer contato com os
21 municípios para repassar e informar os critérios e que as doses disponíveis são 25 mil
22 para todo o estado, sendo 100 em vista, mas somente um laboratório produz essa vacina
23 e para Porto Alegre foi disponibilizado 7900 doses. A proposta é fazer todo o ano a vacina,
24 ressalta que não é campanha. Luis Felipe do (CVS), informa que não houve uma
25 discussão previa com os municípios quanto ao numero de vacinas, critérios, etc.
26 Simplesmente foi colocado no município a disponibilidade das doses, e que inicialmente
27 veio como forma de campanha, fez-se uma discussão previa no colegiado da SMS, de
28 que esta vacina não poderia ser entendida pela SMS como uma campanha, até pela
29 quantidade de doses que foram disponibilizada para PoA, por esta vacina ser aplicada em
30 idosos acima de 60 anos, com um quadro de doenças pulmonares crônicas, não é uma
31 vacina disponível a toda a população de idosos, há dificuldade operacional muito grande
32 não pode ser tratada como campanha e ter a divulgação que teve, porque as pessoas já
33 estão ligando para as unidades e para o nível central. O município está apenas
34 executando a vacinação, conforme ela foi determinada pela SSMA, vamos distribuir as
35 7900 para atender a população de idosos nos distritos. Maria Regina do CVS explica que
36 para atender a toda a população de idosos de PoA seria necessário 80.000 doses e o
37 governo do estado planejou comprar 75.000 doses para todo o estado, mas só chegou
38 25.000 e destas só 7900 para PoA. Humberto do CLS 4 fala que pela divulgação feita
39 passa para a população atitude e sido firme e mostrando a realidade porque está se
40 criando um problema para quem trabalha na ponta, como a unidade irá discriminar
41 pessoas com mais de 65 anos não existe nada que explica ou justifique de são razão que
42 havia critérios para vacinar somente para quem em pneumopatia, uma vez que o que foi
43 divulgado de que todas as pessoas com mais de 65 anos poderiam fazer a vacina, como
44 agora vamos dizer a eles que não? A proposição do CLS 4 é de vacinar toda e qualquer
45 pessoa com mais de 65 anos porque é um direito que ele tem de fazer. E propõe que o
46 CMS se manifeste a respeito do assunto. Os conselheiros se manifestaram colocando a
47 preocupação de que toda esta divulgação a respeito da vacina, onde não existe, gerou
48 muitas expectativas na população, de que não está se diferenciando gripe, de resfriado.
49 De que este tipo de critérios coloca o médico na linha de frente e promove a
50 comercialização da vacina. Foi proposto pela CLS 7 entrar com ação no Ministério
51 Público. Iria, diz que a SMS foi comunicada há 10 dias da data do início da vacinação e
52 no primeiro momento pensou-se em não fazer, mas concluiu-se que fazer seria pior, as
53 cobranças e o desgaste seria maior, com a saúde de Porto Alegre não a gestão semiplena
54 a cobrança do estado recai aqui. Por isso resolvemos fazer a vacinação. Após os debates

55 a plenária deliberou por fazer uma nota e divulgar na mídia e nas unidades para
56 esclarecer a população esta posição do CMS. A vacinação será feita pelo município e em
57 todos os idosos acima de 65 anos, sem discriminação quanto ao seu estado de saúde.
58 Ingressar numa ação pública via Ministério Pública, consultar a UFRGS e entidades
59 médicas sobre a eficácia da vacina. Considerando que não há situação epidemiológica
60 atípica que recomende tais medidas de maneira abrupta. Considerando que não há
61 indicadores de morbidade que referende a decisão de vacinar apenas a população idosa
62 acima de 65 anos. Considerando que outros grupos potencialmente de risco como
63 cardiopatias, pacientes de HIV + e desnutridos não forem contemplados nos quantitativos
64 de doses disponíveis para vacinação. Considerando as dúvidas sobre a eficácia da
65 vacina e dúvidas da real existências dessas cepas de vírus influenza no nosso meio.
66 Conselho Municipal de Saúde delibera que as vacinas repassadas pela SSMA, para o
67 município de Porto Alegre num total de 7.900 doses seja disponibilizadas para idosos a
68 partir de 65 anos que comparecerem aos postos de saúde de Porto Alegre, sem
69 discriminação quanto ao seu estado de saúde. Ficou definido que os conselheiros
70 Humberto e Nelci respondam publicamente na mídia sobre a posição do CMS. E foi
71 indicada uma comissão para encaminhar a deliberação. Esta comissão ficou assim
72 constituída: Luiz Felipe – CVS, Regina – Sisdisprev, Julio - PAM3 e Pitoni – SETEC.
73 **Exames Admissionais:** Jane informa que esta discussão que foi trazida pelo CLS 4 ao
74 CS pois há divergências de como as unidades devem proceder em relação aos atestados
75 de saúde, uma vez que, nem todas fazem isso gerando uma demanda grande. Jane e
76 Humberto propõem que este tema seja discutido numa reunião com participação da
77 Política de Saúde do Trabalhador – Assepla e DRT. Nelci propõe na segunda reunião de
78 junho. A plenária aprova. **A Apresentação da Proposta do Seminário de Capacitação**
79 **dos Conselheiros:** Leticia do CLS 4 distribui e apresenta a proposta da comissão para o
80 seminário e que a proposta de data é dia 7/06, no SEMAP – Rua Lima e Silva 280. Leticia
81 lê os objetivos do programa. Houve proposta de modificação de data para o dia 21/06.
82 Jane, informa que o público alvo são os Conselhos. Iria propõe que possa ser aberto a
83 outras pessoas, para que se tenha um quadro maior de pessoas capacitadas e de que os
84 CLS indiquem estas pessoas. A Plenária aprova a proposta do seminário e a proposta de
85 alteração da data do mesmo. **SAMU:** Humberto propõe a indicação do nome da Regina
86 do SINDISPREV para compor o Comitê Gestor do SAMU e Fátima usuária do SUS,
87 indica-se para também compor o Comitê. A decisão ficou para a próxima reunião. **CLS 8:**
88 Alberto conselheiro representante técnico do CLS, traz ao CMS a atual situação do CLS,
89 relatando os fatos que ocorreram na última reunião de 08/05, onde o atual coordenador
90 apresentou novos coordenadores e leu manifesto desvinculando o CLS do CMS e
91 transformando-o num movimento popular. Humberto, relata que conversou com o Sr. José
92 Luis, atual coordenador do CLS, na tentativa de lhe cobrar uma postura adequada de
93 representante de um conselho. Propõe que pautemos para a próxima reunião esta
94 discussão, até porque o coordenador não se faz presente. Nelci manifesta-se dizendo que
95 soube que sua entidade foi criada como apoiadora deste movimento, nega qualquer apoio
96 e desconhece a coordenação do CLS 8. **Assuntos Gerais – Sindicato dos**
97 **Enfermeiros:** Nelci relata que o Sindicato fez uma homenagem no dia 12 de maio, que foi
98 o dia do Enfermeiro e dos demais profissionais de saúde, pois estes profissionais
99 representam 80% dos recursos humanos de saúde. Estes profissionais são dedicados ao
100 atendimento direto ao paciente, fazendo um trabalho conjunto para recuperar a saúde e a
101 vida. **Categoria dos Psicólogos:** Rejane informa que a categoria está promovendo um
102 evento no próximo sábado dia 17/05/97, para discutir a Reforma Psiquiátrica, convida o
103 CMS para participar do evento, que é aberto e vai se realizar no auditório da Faculdade
104 de Comunicação da UFRGS, no horário das 9h às 12h e das 14h às 17h. **Categoria dos**
105 **Hemofílicos:** Ana Lucia, gostaria de fazer um agradecimento a SMS, pois a categoria
106 teve uma reunião na segunda metade de fevereiro com o Secretário onde expomos a
107 realidade da categoria e solicitamos uma equipe multidisciplinar para atender os
108 pacientes, e em seguida foi feito um convenio entre o hemocentro do estado e a

109 Prefeitura e foi implantado um programa para atendimento aos pacientes hemofílicos e
110 este supriu as necessidades básicas que vínhamos buscando a muito tempo. **V Encontro**
111 **dos Conselhos de Saúde:** Jane informa que havia sido escolhido 16 delegados do
112 Conselho para participar, mas infelizmente só a metade dos usuários participaram, uma
113 vez que foi feita troca de experiências com funcionários de todo o Estado e foi prejudicado
114 pelo déficit de delegados do CMS. Ressalta a importância da disponibilidade e
115 responsabilidade dos conselheiros quando escolhidos para representar o mesmo. Nada
116 mais tendo a tratar deu-se por encerrada a reunião, às 21 horas e 55min., da qual foi
117 lavrada a presente ata e, após leitura e aprovação será devidamente assinada. Aprovada
118 com 07 abstenções na reunião ordinária do dia 22/5/97. Porto Alegre, 22 de maio de
119 1997.

120

121

Maria Elaine Facioni
Secretária do CMS/POA

Jane Pilar
Secretária Executiva CMS/POA

123

124

125

Ata aprovada na reunião Plenária do dia 22/05/1997.